

A RENDA NACIONAL

RICHARD LEWINSOHN

Dr. rer. pol.

I. UMA NOÇÃO NECESSÁRIA

SOMENTE uma pequena parte da população sabe, no começo do ano, qual será sua renda no ano em curso. São os funcionários, os pensionistas, os empregados contratados a longo termo com um salário fixo, os credores de empréstimos públicos, de debêntures, de hipotecas e de depósitos bancários a prazo fixo, e, até um certo grau também, os proprietários de imóveis de locação.

Contrariamente, os produtores industriais e agrícolas, tanto os maiores quanto os mais modestos, os comerciantes e todos os outros intermediários não podem saber antecipadamente sua renda anual, que depende em larga medida das condições econômicas nacionais e internacionais. Esta incerteza não constitui particularidade dos empreendedores. Estende-se à totalidade dos operários e à maior parte dos empregados comerciais. Ainda que a renda individual dos operários e dos pequenos empregados não sofra grandes flutuações de um ano para outro, pois que é determinada pelo mínimo de subsistência, o total dessa renda acusa grandes variações, segundo a conjuntura econômica. Nos períodos de depressão, caracterizados por forte desemprego, a renda global dos assalariados diminui rapidamente de um terço e mesmo de metade do que era no período de prosperidade.

Esses fenômenos têm por consequência que a renda total do país, ou seja a renda nacional, não é uma grandeza fixa, nem como montante global, nem calculada *per capita*, nem conforme seu valor nominal, nem ajustada segundo o poder de compra da moeda. As variações são mais ou menos acentuadas nos diversos países, mas a renda nacional varia, de um ano para outro, em todos os países, seja qual for sua estrutura econômica, e tanto nos períodos considerados "normais" como nos períodos extraordinários, tais como o tempo de guerra.

Todavia, como ocorre com muitos fenômenos de ordem social, a renda nacional também mostra em suas variações uma certa regularidade periódica e, embora não se possa prever com precisão ab-

soluta sua evolução, pode-se fazer dela uma idéia aproximada desde que se conheça a cadência de seu movimento para uma série de anos. Se já se estabeleceu uma vez uma base para o cálculo, é relativamente fácil fazer, por meio de índices apropriados, avaliações a intervalos curtos. Nos EE. UU. fazem-se avaliações mensais, e as previsões deduzidas das observações contínuas têm atingido um alto grau de exatidão.

A utilidade de se conhecer a renda nacional é evidente. As finanças públicas são baseadas na renda nacional. De uma ou de outra maneira, o governo deve exigir sua parte na renda do país, para poder cumprir suas tarefas. Por métodos minuciosamente elaborados, chegou-se a fazer estimativas orçamentárias bastante precisas. Contudo, sem se conhecer a renda nacional e sua composição, é extremamente difícil determinar os limites e a possibilidade de expansão da tributação. O conhecimento da renda nacional torna-se indispensável sobretudo quando o sistema tributário se orienta cada vez mais para os impostos diretos, e parece algo paradoxal tirar grande parte das receitas fiscais dum objeto cujas dimensões se ignora, isto é, a renda da população.

Ainda para outros objetivos, o conhecimento da renda nacional é de importância capital. Todas as reflexões e disposições anti-inflacionistas são frágeis, uma vez que não se possa ter como base os dados da renda nacional. E' hoje geralmente admitido que o acréscimo da renda nacional pode constituir um elemento inflacionista, a não ser que seja acompanhado dum aumento dos bens de consumo. Controlar e, com esse objetivo, conhecer as disponibilidades da população, é tão necessário como controlar a moeda em circulação.

E, enfim, fora de qualquer aplicação prática, o desejo dos povos, de conhecerem sua própria renda, deriva de uma curiosidade bem legítima. A evolução da renda do país é um aspecto essencial da vida nacional, e a pergunta: "Quanto rendem nossos esforços?" é tão importante quanto a famosa pergunta: "Quantos somos?"

II. CONCEPÇÕES SOCIOLOGICAS

A noção da renda nacional e das avaliações, na maior parte bastante sumárias, desde o século XVII fazem parte das discussões econômicas. Todavia, ainda não existe uma definição consagrada e nem um método de cálculo impecável. Lendo-se a literatura especial sobre o assunto, fica-se mais decepcionado do que esclarecido: para cada argumento há dez objeções, e cada processo levanta inúmeras críticas.

A expressão "renda nacional" é, sem dúvida alguma, complexa e permite interpretações diversas, não somente do ponto de vista técnico mas também em sua concepção sociológica. Os economistas norte-americanos se inclinam, na maioria, a considerar a renda nacional como um termo de contabilidade e de estatística (1), seja como uma construção artificial e não como uma unidade real. As rendas dos particulares são valores palpáveis. Cada indivíduo recebe como recompensa de seu trabalho ou como rendimento de sua fortuna, no curso de certo período, um montante que lhe dá um poder de compra. É sua renda. Essa renda individual é uma realidade. Mas a soma dessas rendas não é senão uma quantidade imaginada pelos economistas e políticos e calculada pelos estatísticos para este ou aquele fim. Por conseguinte, seria incorreto falar da "distribuição da renda nacional". Porque a palavra "distribuição" pressupõe que existe *a priori* um todo que se pode dividir. Mas o "total" da renda nacional só existe no papel.

Essa concepção atomística é, pelo menos, muito contestável. Pode-se opor-lhe o fato de que as rendas individuais seriam impossíveis sem a existência da nação e do Estado. Os indivíduos viveriam talvez mesmo assim, mas suas rendas seriam em todo caso muito diferentes se o país não estivesse organizado política e economicamente como uma unidade. A organização nacional é um elemento constitutivo das rendas individuais, tão necessária para estas como a atividade dos particulares.

Uma outra objeção do princípio contra a realidade da renda nacional parece mais bem fundada. A renda nacional não é uma acumulação de rendas no curso de um certo período, convencionalmente

durante um ano, mas sim uma corrente, um movimento perpétuo. A cada minuto, rendas são criadas para desaparecerem em seguida e mesmo simultaneamente. Se uma mercadoria é comprada, a renda do comprador, ou seja seu poder de compra, diminui e no mesmo momento a renda do comerciante aumenta da porcentagem do preço que constitui seu lucro. Nos casos em que o comprador consome imediatamente a mercadoria adquirida, por exemplo quando faz uma refeição num restaurante, o processo de transição é ainda mais evidente: o dispêndio da renda do indivíduo A cria uma renda para B e, mais frequentemente, para toda uma cadeia de indivíduos que contribuíram para fornecer a mercadoria.

A renda nacional, segundo essa concepção, não passa de um conjunto de inúmeras transações, um processo dinâmico. A estatística, incapaz de exprimir esse dinamismo, o traduz por um quadro estático. É verdade que, sob esse aspecto, nossos métodos estatísticos e até nosso pensamento estatístico são pouco adequados à realidade. Falamos de movimento de preços, e a estatística mostra esse movimento por linhas coerentes. Mas não existe um movimento de preços. O preço é uma noção tipicamente estática, e o que chamamos de movimento dos preços não é senão uma comparação do nível dos preços pagos no mesmo lugar, mas em épocas diferentes, pela mesma quantidade e qualidade de mercadorias. No caso da renda nacional, a transformação e, de alguma forma, a deformação agem em sentido inverso. Um processo dinâmico é artificialmente fixado e apresentado como um estado, um nível, uma quantidade global.

A estatística se esforça por medir a renda nacional pelo mesmo modo que utiliza para o movimento dos transportes: o tráfego ferroviário de passageiros pelo número de passagens vendidas e o movimento de um porto pela entrada e saída de navios. Ela se instala, por assim dizer, num ponto de observação particularmente frequentado, uma porta, um *guichet*, uma barreira, e regista a quantidade de homens, de objetos, de dinheiro, que por ali passa num período determinado.

Ainda com essa simplificação, permanece para o registo da renda nacional uma questão preliminar difícil de resolver: onde se deverá instalar o posto de observação? Onde estará a frequência mais alta e, ao mesmo tempo, o controle mais seguro para evitar omissões e contagens duplas?

(1) MAURICE LEVEN — *The Income Structure of the United States* — The Brookings Institution, Publication n. 74 — Washington, 1938, p. 4.

Três diferentes ocasiões se oferecem para o registo da renda:

- 1.^a a recepção da renda;
- 2.^a a produção da renda;
- 3.^a o consumo da renda.

III. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

O método mais direto, e por isso o mais indicado, parece ser o de medir a renda como ela é recebida. Quer se encare a renda nacional como a adição das rendas individuais, quer se a considere como o produto do trabalho nacional a ser distribuído entre os particulares, em cada uma dessas duas hipóteses a renda nacional deveria ser igual à soma das rendas individuais. Mas, na prática, esse método se choca com numerosos obstáculos.

A dificuldade primordial consiste na falta de dados estatísticos. Até o presente, nenhum país faz periodicamente recenseamentos das rendas, como se fazem recenseamentos demográficos. O mais completo recenseamento financeiro, para o qual cada habitante adulto devia indicar o montante e, com todos os detalhes, as fontes de sua renda, foi feito durante a primeira guerra mundial, em 1915, na Austrália. A extensão do imposto sobre a renda facilitarà, durante esta guerra também, o conhecimento da renda nacional em diversos grandes países. Nos Estados Unidos, onde, nas vésperas da guerra, somente 4,5 milhões de pessoas, ou 9 % dos habitantes com renda, pagaram o imposto, o número de contribuintes do imposto sobre a renda deverá passar este ano a 27 milhões e, se incluirmos a nova "Victory Tax" (desconto nos salários de qualquer operário ou empregado que ganhe mais de 12 dólares por semana), a 50 milhões de pessoas. E' virtualmente toda a população industrial. Na Inglaterra, a evolução é análoga.

Mesmo quando os dados fiscaes não são tão grandes, é em geral possível avaliar aproximadamente o total dos salários pagos. A maior parte das rendas provindas do capital (dividendos e juros) e das rendas de empreendedores industriais e comerciais se encontram nas estatísticas dos impostos. O setor mais difícil de ser esclarecido por este método é o das rendas dos agricultores que não produzem somente para o mercado mas vivem sobretudo da sua própria produção.

Do ponto de vista metodológico, a avaliação da renda nacional segundo as rendas dos particulares estabelece questões delicadas: E' equitativo registrar para os empreendedores a renda líquida e para os assalariados a renda bruta? Rendas resultantes

de investimentos no estrangeiro podem ser consideradas como parte da renda nacional? E, vice-versa, os juros pagaveis pela dívida externa, os lucros das sociedades estrangeiras, fazem ou não fazem parte da renda do país? Ademais, a renda medida unicamente em moeda, sem se examinar de perto suas bases econômicas, parece por demais abstrata e pode conduzir a ilusões.

Por essa razão, muitos economistas reputados preferem a avaliação da renda produzida. Do ponto de vista estatístico, este método é mais fácil de aplicar, porque hoje em dia existem no mundo inteiro estimativas mais ou menos exatas da produção industrial e agrícola. A maioria dos 48 países, cuja renda nacional era antes da guerra publicada pelos serviços econômicos da Liga das Nações, baseavam essas estimativas nos cálculos da produção.

Contudo, esse método, aparentemente tão realista, é muitas vezes falacioso e dá quase sempre resultados incompletos. As rendas oriundas de serviços, isto é, as rendas das profissões liberais, dos transportes, dos serviços públicos, não tem um lugar bem definido nessa concepção da renda nacional e são às vezes tratados como quantidades negligenciáveis. Confundindo "produção" e "produtividade", alguns partidários deste método chegaram a conclusões bastante curiosas. Inspirando-se nas idéias da época de John Stuart Mill, eles supõem que só os produtores e, no máximo, os comerciantes podem produzir uma renda. Os outros indivíduos vivem do trabalho dos produtores. Particularmente o Estado, mantido pelos contribuintes, é ele mesmo improdutivo. As receitas provenientes da caixa do Estado, como os juros dos empréstimos governamentais, não constituem, segundo esta teoria, renda verdadeira e devem ser excluídas da renda nacional. Quanto às rendas dos funcionários públicos, o mesmo se dá em princípio. Pelo menos, acham-se colocados "in the doubtful zone" (2).

Uma variante mais moderna dessa concepção consiste na distinção entre a "primary" e a "secondary distribution". A distribuição primária da renda nacional é a que deriva diretamente do processo da produção; a distribuição secundária compreende os serviços sociais e culturais prestados gratuitamente aos particulares pelo governo ou as fundações universitárias, instituições de caridade, etc. Ora, a essa mesma categoria, à distribuição secundária, pertence também a renda anti-social

(2) SIMON KUZNETS — *National Income* — In "Encyclopaedia of the Social Sciences" — New York, 1935 — Vol. XI, p. 213.

(“non-social income”) oriunda da fraude e do roubo (3).

Os inconvenientes e lacunas na classificação da renda produzida levaram, cada vez mais, os economistas a tomar como objeto de avaliação a “renda consumida”. Essa noção parece também mais lógica. Porque a renda, ou seja o poder aquisitivo de que dispõe durante certo período um particular, ou um grupo de pessoas, ou toda a população, pertence, por definição, mais ao domínio do consumo do que ao domínio da produção. Para finalidades práticas da política econômica, é de grande importância conhecer a utilização da renda da população.

Infelizmente, não se pode medir o consumo em sua totalidade por métodos diretos, porque, mesmo nos países em que a estatística econômica se acha mais aperfeiçoada, os dados do consumo são muito incompletos. Os países em que grande parte do sistema fiscal se baseia no consumo, como o Brasil, teem, sob esse aspecto, melhores possibilidades de avaliação que os países sem tributação geral do consumo, como os EE. UU. ou a Inglaterra. Certamente, o imposto chamado de consumo no Brasil é na realidade um imposto de fabricação, que indica somente o valor e parcialmente o volume das mercadorias que “entram” em consumo, mas não o valor das mercadorias efetivamente consumidas. Sua utilização para uma estimativa do consumo exige, pois, como complemento, uma estatística dos estoques existentes. Além disso, ele não atinge senão uma parte dos bens de consumo, deixando excluída a maior parte dos produtos alimentícios. Mas o imposto de vendas e consignações é um verdadeiro imposto sobre a cifra dos negócios e permite avaliar o total das mercadorias que passam pelo mercado.

Nos países em que há falta de tais dados, as estimativas da renda consumida são, as mais das vezes, generalizações baseadas em inquéritos parciais. A renda, pelo menos a da população industrial, é recebida e produzida individualmente, mas a família permaneceu como unidade da renda consumida. Em muitos países foram realizados — no Brasil pelo Ministério do Trabalho — inquéritos sobre o orçamento de família ou doméstico. Um inquérito particularmente extenso sobre a utilização da renda de 65.000 famílias foi iniciado nos EE. UU., em 1935, pelo *Bureau of Home Economics* do U. S. Department of Agriculture, em colaboração com o *Bureau of Labor Statistics* do

U. S. Department of Labor e outros órgãos competentes, inquérito esse que forneceu preciosos detalhes sobre o consumo da renda (4).

A renda consumida raramente é igual à renda recebida ou à renda produzida. Em situações excepcionais, por exemplo nos anos de grave crise de 1932 a 1933, o consumo nos Estados Unidos ultrapassou a produção, quer dizer, a população viveu dos estoques, não somente dos bens de consumo mas sobretudo de seu capital em bens duráveis; construíram-se menos imóveis e menos usinas do que é necessário para manter o padrão de vida. Nos períodos de prosperidade, contrariamente, a renda recebida e a renda produzida ultrapassam o consumo. A diferença entre a renda consumida e a renda produzida constitui os investimentos; a diferença entre as receitas e as despesas — renda recebida e renda consumida — é designada pelo nome de economias (*savings*). Constitue hoje um dos mais discutidos problemas entre os teóricos saber se os investimentos são sempre idênticos às economias e se as economias não utilizadas podem ser consideradas como verdadeira renda nacional ou apenas como um potencial monetário, sem valor real (5).

IV. APLICAÇÃO AO BRASIL

Essas múltiplas controvérsias doutrinárias e metodológicas em torno da renda nacional não são senão uma prova da importância que os melhores economistas do nosso tempo atribuem a essa nação. Segundo uma opinião bastante espalhada, a avaliação da renda nacional do Brasil seria particularmente difícil, quicá impossível. Julgamos que isso é um preconceito. A estimativa da renda nacional é sempre uma tarefa difícil, não mais difícil no Brasil que alhures. Os dados estatísticos não são completos em parte alguma e, como já dissemos, o Brasil dispõe mesmo, a esse respeito, de estatísticas básicas particularmente instrutivas.

O método mais difícil será, sem dúvida, a estimativa direta da renda recebida. Mas, para esta

(4) GERTRUDE SCHMIDT-WEISS, DAY MONROE, KATHRYN CROMITER — *Family Income and Expenditures. Plain and Mountain Regions* — U. S. Department of Agriculture, Miscellaneous Publications, n. 345 — Washington, 1939.

(5) Sobre tais questões, ver: IRVING FISHER, *Nature of Capital and Income*, New York, 1912 — ERIC LINDHAL, *The Concept of Income*, em “Economic Essays in Honor of Gustaf Cassel”, London, 1933, pp. 399 e segs. — JOHN MAYNARD KEYNES, *The General Theory of Employment, Interest and Money*, London — New York, 1936 — GOTTFRIED HABERLER, *Prosperity and Depression*, 3.^a ed., Genève, 1941.

(3) LEVEN — *Op. cit.*, p. 100.

avaliação também, já existem amplas possibilidades. O imposto sobre a renda abrange uma parte importante da renda nacional. Pela subscrição compulsória das Obrigações de Guerra por parte dos assalariados não contribuintes, centenas de milhares de outras rendas serão registradas. As pequenas remunerações, até Cr\$ 250,00 por mês, isentas da subscrição compulsória, são relativamente fáceis de avaliar, na base das inscrições nos Institutos de seguro social, dos salários mínimos e das estatísticas de salários existentes. Restam os comerciantes e artífices não contribuintes do imposto sobre a renda e, como em quase todos os países, os agricultores cuja renda deveria ser estimada indiretamente, na base de sua produção e de suas vendas ou por meio de inquéritos parciais.

As estimativas empreendidas até o presente eram baseadas unicamente em estatísticas da produção e do comércio. Para os anos de 1930 a 1938, a Seção de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil fez estimativas, com base nos algarismos da produção e da importação de mercadorias. Essas estimativas são as seguintes: (6)

Anos	Em 1.000 Cr\$
1930	24.000.000
1931	20.000.000
1932	21.000.000
1933	25.000.000
1934	27.000.000
1935	32.000.000
1936	36.000.000
1937	42.000.000
1938	44.000.000

Para os anos de 1939-1941, o Boletim Estatístico do Banco do Brasil indica como Renda Nacional o valor das vendas comerciais, calculado com base nas cifras da arrecadação do imposto de vendas mercantis:

Anos	Em 1.000 Cr\$
1939	54.957.000
1940	61.592.000
1941	74.606.000

E' evidente que os algarismos referentes a 1939-1941 teem uma significação toda diferente dos do período 1930-1938. Para aqueles anos, trata-se, como observa expressamente o Boletim Es-

tatístico, de algarismos de negócios comerciais. No movimento comercial, as mesmas mercadorias se refletem várias vezes, em diferentes fases da transformação ou da distribuição. A Comissão de Defesa da Economia Nacional, que calculou esses algarismos, diz a respeito: "Se considerarmos razoavelmente, como já o fizemos o ano passado, que a riqueza produzida no país tenha sofrido em sua circulação, por três vezes, em média, a incidência do imposto de vendas e consignações, chegamos à conclusão de que o valor das mercadorias tributadas se elevou, em 1941, a quase 25 milhões de contos, contra 19 milhões em 1940, cifras estas que representam aproximadamente quatro vezes o valor da nossa exportação nos mesmos períodos" (7).

O valor das mercadorias tributadas, ou sejam 25 bilhões de cruzeiros, não representa o total da renda consumida, mas constitue um elemento importante do mesmo. Seria necessário acrescentar-lhe pelo menos dois outros elementos: 1) os bens de consumo que não passam pelo mercado, tais como, notadamente, os produtos agrícolas consumidos pelos próprios produtores; 2) os serviços pagos, ou seja a parte do consumo fora da compra de mercadorias.

Ora, é preciso ter em conta também os serviços sociais e culturais gratuitos, fornecidos pelo governo e outras entidades públicas, isto é, a "secondary income" das estatísticas norte-americanas. De outro lado, o resultado deveria ser ajustado conforme a balança do comércio exterior e os outros itens da balança de pagamentos internacionais que aumentam ou reduzem o consumo nacional. Partindo-se da renda consumida, poder-se-ia proceder à estimativa da renda produzida e da renda recebida, a menos que não seja possível fazer estimativas diretas.

Esta enumeração está longe de ser um esquema completo. Indica apenas, *grasso modo*, um dos caminhos para chegar ao fim. A elaboração dum esquema completo e preciso é contudo uma das condições essenciais da avaliação. O esquema deve ser duravel, pois qualquer mudança do método é muito incômoda e torna as comparações impossíveis. A estimativa da renda nacional exige pois um grande trabalho. Mas é um trabalho que vale a pena se fazer.

(6) *Boletim Estatístico do Banco do Brasil* — Seção de Estatística e Estudos Econômicos, n. 19, outubro de 1942.

(7) *Movimento Comercial do Brasil em 1941* (Do Relatório do Presidente da Comissão de Defesa da Economia Nacional ao Sr. Presidente da República) — "Boletim do Conselho Federal do Comércio Exterior", Ano V, N. 10, 9 de março de 1942.